



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 056/2020- SJP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado ao Pregão Presencial n.º PG/GC 020/2020, de um lado, **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, Municipal, o Sr. NELTON BRUM, brasileiro, divorciado, empresário, portador do CPF/MF n.º 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG n.º 5.187.371-8-SSP/Pr, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa **JADER PAGLIARINI SANTOS & CIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 79.326.732/0001-26, estabelecida na Rua Marechal Costa e Silva, 859- centro – São José das Palmeiras-PR neste ato representado por seu sócio-administrador o Sr. Jader Pagliarini Santos, brasileiro, casado, do comércio, portador da RG n.º 4.273.552-3 e CPF n.º 589.311.809-00, residente e domiciliado na Rua Marechal Cândido Rondon, 1053 – centro – São José das Palmeiras-PR, doravante denominado CONTRATADO, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

CONSIDERANDO:

Que a empresa vencedora do processo licitatório, manterá as mesmas condições;

Que o próprio texto legal prevê, no inciso II, que a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

Que a Lei de Licitação, bem como o contrato acima citado, permitem a realização do presente termo aditivo;

Assim sendo, celebram o Município de São José das Palmeiras e a empresa Jader Pagliarini Santos & Cia Ltda, o presente Termo Aditivo com a seguinte cláusula:

DAS ALTERAÇÕES

A Cláusula Quarta passa a ter a seguinte redação:

Cláusula Quarta – Da duração e do crédito orçamentário - O presente contrato terá duração até 28 de Fevereiro de 2022, podendo ser prorrogado pela Administração. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2020	470	03.001.04.122.0002.2009	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	530	03.001.04.122.0002.2009	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2020	930	05.001.12.361.0004.2014	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	1200	05.001.12.361.0004.2019	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	1290	05.001.12.361.0004.2019	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2020	1680	05.002.15.392.0005.2025	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	1720	05.002.15.392.0005.2025	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2020	1790	06.001.10.301.0007.2027	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	1810	06.001.10.301.0007.2027	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2020	2170	06.002.10.301.0007.2036	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	2240	06.002.10.301.0007.2036	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2020	2810	07.001.15.452.0008.2044	0	3.1.90.94.00.00	Do Exercício
2020	2830	07.001.15.452.0008.2044	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	2920	07.001.15.452.0008.2044	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2020	3010	07.002.26.782.0009.2045	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

2020	3080	07.002.26.782.0009.2045	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2020	3760	09.002.08.244.0012.2057	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	3790	09.002.08.244.0012.2057	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2020	3850	09.002.08.244.0012.2058	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2020	4000	09.003.08.243.0012.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	4040	09.003.08.243.0012.2062	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

Clausula Nona passa ter seguinte redação:

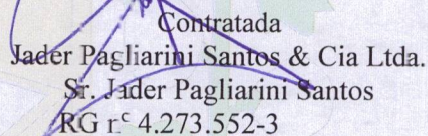
Cláusula Nona – A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pelo servidor, **Sra. Isabela Aparecida Arboleza**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado.

As demais cláusulas do contrato originário, datado de 17 de Agosto de 2020, não atingidas por este termo, permanecem inalteradas.

São José das Palmeiras, 04 de Janeiro de 2022.


Contratante

Município de São José das Palmeiras
NELTON BRUM
Prefeito Municipal


Contratada
Jader Pagliarini Santos & Cia Ltda.
Sr. Jader Pagliarini Santos
RG nº 4.273.552-3





Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 056/2020- SJP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020

Objeto: Contratação de Empresa para Fornecer Produtos de Panificação e Confeitaria para Atender diversas Secretarias do Município de São José das Palmeiras – PR.

Contratante: Município de São José das Palmeiras.

Contratada: Jader Pagliarini Santos & Cia Ltda.

Fundamento: ART. 65, II, 'd' da Lei 8.666/93.

Altera a duração do contrato, constante da Clausula Quarta, de 31 de Janeiro de 2022, para 28 de fevereiro de 2022.

Fica alterada a Cláusula Nona do Contrato Licitatório, afim de que passe a figurar como fiscal do Contrato a Sra. Isabela Aparecida Arboleya, excluindo a servidora Sra. Marisa Mendes de Araújo, de tal atribuição, nos termos da portaria nº 051/2021.

São José das Palmeiras/PR, 04 de Janeiro de 2022.


NELTON BRUM
Prefeito Municipal

17 - 04

SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

1985

núcleos de processamento (core) e 8 threads. Assim, tais características demonstram, a nosso ver, que o processador intel i5-10400 ofertado na proposta da empresa recorrida apresenta características superiores ao processador descrito no termo de referência.

Dessa forma, verifico que não diferença significa entre os processadores i7-6700k e o i5-10400, podendo ser este considerado de qualidade superior ao exigido na licitação, a justificar a manutenção da empresa recorrida no certame, pois, ao que me parece, sua proposta vem ao encontro dos interesses da Administração, pois a mais vantajosa, nos termos do que determina o artigo 3º da Lei 8666/1993.

A vantajosidade aqui verificada não implica em derrogação da isonomia entre todos os licitantes e da vinculação ao instrumento convocatório, premissas igualmente basilares do processo de licitação, não vislumbro ter havido no presente processo qualquer violação aos referidos princípios, pois que o licitante, ao apresentar sua proposta, pode ater-se ao mínimo exigido pela licitação, mas pode apresentar objeto com características superiores ao pretendido pela Administração, mantendo-se o preço máximo fixado pela Administração e previsto no termo de referência. Apenas para deixar nítida a questão posta, a título de exemplo, em se tratando de licitação para aquisição de um veículo, quando no termo de referência consta que a Administração deseja adquirir um veículo de motor 1.0 pelo preço máximo de R\$ 50.000,00, sendo que uma empresa licitante "X" oferta em sua proposta um veículo 1.6 pelo preço de 40.000,00 e a outra empresa "Y" segundo colocada oferta em sua proposta um veículo 1.0 mas ao preço de R\$ 45.000,00. Neste singelo exemplo podemos caracterizar bem a questão da vantajosidade, uma vez que, sendo o critério de julgamento da licitação o de menor preço, leva-nos a declarar vencedora a empresa "X" sendo descabida sua desclassificação por ter ofertado objeto de característica diversa daquela descrita no termo de referência, contudo sendo claramente ofertado em característica superior ao pretendido pela Administração. Ora, neste exemplo, a desclassificação da empresa "X" sob a alegação de que o seu produto não atende ao descritivo do edital, significaria, na verdade, a subversão e aniquilamento do princípio da vantajosidade previsto no artigo 3º, caput, da Lei nº 8666/1993 e agora no artigo 11, I, da Lei nº 14.133/2021.

Logo, é de se dessumir que, diante de objeto de características superiores à pretendida pela Administração e prevista no edital, tendo sido a proposta declarada vencedora por critério de julgamento objetivo do menor preço, não resta dúvida que esta é a proposta mais vantajosa para a Administração, de modo que deve ser mantida a classificação da empresa recorrida.

III – DISPOSITIVO:

Vistos e examinados os presentes autos, as razões e contrarrazões recursais apresentadas, com base no artigo 109, § 4º, da Lei nº 8666/1993, conheço do recurso por tempestivo e, no mérito, DECIDO INDEFERIR-LO, para o fim de manter a decisão atacada do Sr. Pregoeiro Oficial, pelos motivos de fato e de direito contidas na presente decisão.

Ciência aos interessados.

Comunique-se, publique-se e cumpra-se. Diligências necessárias.

São José da Boa Vista-PR; 06 de janeiro de 2022.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ

Prefeito do Município

Publicado por:

José Ricardo da Silva

Código Identificador:2796B366

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº
056/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 056/2020- SJP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020

Objeto: Contratação de Empresa para Fornecer Produtos de Panificação e Confeitaria para Atender diversas Secretarias do Município de São José das Palmeiras – PR.

Contratante: Município de São José das Palmeiras.

Contratada: Jader Pagliarini Santos & Cia Ltda.

Fundamento: ART. 65, II, 'd' da Lei 8.666/93.

Altera a duração do contrato, constante da Clausula Quarta, de 31 de Janeiro de 2022, para 28 de Fevereiro de 2022.

Fica alterada a Cláusula Nona do Contrato Licitatório, afim de que passe a figurar como fiscal do Contrato a Sra. Isabela Aparecida Arboleya, excluindo a servidora Sra. Marisa Mendes de Araújo, de tal atribuição, nos termos da portaria nº 051/2021.

São José das Palmeiras/PR, 04 de Janeiro de 2022.

NELTON BRUM

Prefeito Municipal

Publicado por:

Fernanda Souza Pereira

Código Identificador:510EF993

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO **EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº** **057/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020**

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 057/2020- SJP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020

Objeto: Contratação de Empresa para Fornecer Produtos de Panificação e Confeitaria para Atender diversas Secretarias do Município de São José das Palmeiras – PR.

Contratante: Município de São José das Palmeiras.

Contratada: Zilda Couto da Silva & Cia Ltda.

Fundamento: ART. 65, II, 'd' da Lei 8.666/93.

Altera a duração do contrato, constante da Clausula Quarta, de 31 de Janeiro de 2022, para 28 de Fevereiro de 2022.

Fica alterada a Cláusula Nona do Contrato Licitatório, afim de que passe a figurar como fiscal do Contrato a Sra. Isabela Aparecida Arboleya, excluindo a servidora Sra. Marisa Mendes de Araújo, de tal atribuição, nos termos da portaria nº 051/2021.

São José das Palmeiras/PR, 04 de Janeiro de 2022.

NELTON BRUM

Prefeito Municipal

Publicado por:

Fernanda Souza Pereira

Código Identificador:A931F4D3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO **EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº** **048/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019**

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 048/2019- SJP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestar serviços médicos de clinico em geral, no Posto Municipal de Saúde do Município de São José das Palmeiras.

Contratante: Município de São José das Palmeiras.

Contratada: CLINICA DE MEDICINA RESTON LTDA

Fundamento: ART. 57, II, 'd' da Lei 8.666/93.

Altera o valor máximo constante na clausula terceira: de R\$ 307.500,00 (Trezentos e sete mil e quinhentos reais), para R\$ 384.375,00 (Trezentos e oitenta e quatro mil e trezentos e setenta e cinco reais) até término do contrato.